

IDEOLOGIAS NAS REFORMULAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA*

João Francisco Natal Greco¹

Resumo: Este artigo analisa, através do resgate da historiografia da educação brasileira, os interesses que motivaram as mudanças em suas diretrizes educacionais. Através dessas análises, sugere reflexões sobre a organização e as pretensões das Políticas Públicas para o atual modelo de ensino em um mundo globalizado.

Abstract: This article analyses, by means of historiography rescue of Brazilian education, the interests which led to changes in its educational guidelines. It also suggests reflexions both on organization and intents of Public Policies for the current teaching model in a globalized world.

Palavra-chave: Política educacional, Ideologia, Globalização.

Key words: Educational Policy, Ideology, Globalization.

As novas relações de produção provenientes da transição da mão de obra escrava para o trabalho livre, a partir da segunda metade do século XIX, exigiram a reelaboração da noção de trabalho. Nesse sentido, o ideário do regime Republicano Brasileiro fundamentava-se na formação de uma sociedade livre e civilizada, em condições de corresponder aos anseios de seus idealizadores, uma elite de cafeicultores paulistas. O conceito de liberdade, para eles, não estava relacionado com a tão propalada liberdade da escravidão, mas sim a concretização de uma sociedade liberal, em condições de dar sustentação ao processo social de produção.

O discurso do trabalho para o progresso precisou ser reelaborado junto à população, de forma que esta o aceitasse sem os preconceitos que se criaram a seu respeito durante a monarquia, quando essas atividades práticas eram exclusivas dos escravos. O progresso, aspirado pelos republicanos só poderia ser alcançado através de uma propaganda sobre as novas bases de relações de trabalho que seriam possíveis somente com a circulação de uma nova ideologia a seu respeito.

De acordo com Salles,

¹Professor da FUCAMP e Historiador do Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

O trabalho, por ser condição para a ampliação e reprodução do capital, precisava ter sua noção ideológica redimensionada. Em decorrência disso, ele aparece no discurso republicano com o poder de criar a riqueza. O trabalho é compreendido pelo pensamento liberal como condição intrínseca ao homem que, ao se desenvolver, possibilita a criação dos bens morais, pois recupera e eleva o sentido ético dos indivíduos e dos bens materiais. A acumulação desses bens morais e materiais forma o cabedal de uma nação².

A ideologia de democracia e do progresso foi veiculada com finalidades de assimilação do trabalho como um fator de dignificação, riqueza, autonomia e de liberdade para aqueles que optarem por ele. Com isso, o Estado é eleito representante jurídico-institucional da sociedade e a elite republicana, que compunha suas esferas, consegue a hegemonia do Estado, fazendo prevalecer suas aspirações em nome da *vontade nacional*³.

Os Estados da União adquiriram autonomia e a educação passou a ser promovida de acordo com seus interesses e com as circunstâncias político-econômicas. Por outro lado, não se deu a renovação intelectual da elite dominante, fato que veio contribuir para a estagnação do processo educacional no País, resultando em profundas disparidades sobre a qualidade do ensino.

Conforme Romanelli,

[...]A 'renovação intelectual de nossas elites culturais e políticas' foi um fato que não se deu, visto que o comando político, econômico e cultural se conservou nas mãos da classe que tinha recebido aquela educação literária e humanística, originária da colônia e que tinha atravessado o Império 'sem modificações essenciais'⁴.

Nesse período a maioria da população era marginalizada do processo educativo, a finalidade da educação escolar era atender exclusivamente às elites, que precisavam da formação para preencher os quadros da burocracia do Estado e as reformas educacionais de caráter relevante, que deveriam acompanhar o processo de mudança do regime, só vieram a ocorrer a partir de 1930, no contexto do Estado Novo, período em que iniciaram as reformas estruturais, em decorrência do declínio do poder agrícola e pelas novas etapas de desenvolvimento do modo de produção capitalista urbano-industrial.

² SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada*. 1986 p. 42.

³ Idem, p. 33-133.

⁴ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 1983, p. 43.

A primeira iniciativa de Getúlio Vargas ao assumir o governo provisório em 1930, foi assinar um decreto que institucionalizava seus poderes em todas as instâncias, até que fosse eleita uma Assembléia Constituinte que pudesse regularizar a situação por que passava o País. Em 1934 é concretizada a Constituição que se mantém até 1937 quando, através de um golpe de Estado, Vargas decreta o fechamento do Congresso e a dissolução dos Partidos, anunciando a “Nova Constituição” e elegendo-se Presidente da República. Consolida-se, a partir desse período a implantação definitiva do capitalismo no Brasil, em uma fase de governo denominada Estado Novo.

Durante sua permanência no poder, entre 1930 e 1945, Vargas utilizou todas as estratégias políticas para elevar o Brasil à categoria de país industrial. Seus esforços centralizaram-se na preocupação de promover uma estrutura para o ensino, em condições de dar suporte ao processo de industrialização que se iniciara. Para isso, nomeia Francisco Campos ministro da Educação do governo provisório.

Campos, não foi escolhido ao acaso. Já possuía um amplo currículo na área jurídica e acadêmica. Por outro lado, seus ideais estavam de acordo com os princípios do pensamento da Escola Nova⁵, cuja concepção se enquadrava nas pretensões da política do Estado Novo. Nesse período, representantes da Igreja Católica travam uma luta ideológica com seus defensores, à medida em que reivindicavam a continuidade de uma política educacional de caráter elitista, espiritualista e excludente, completamente em oposição ao pensamento escolanovista, que defendia uma política educacional democrática. Contudo, esse pensamento não é homogêneo em suas propostas.

Sobre essas divergências, naquele momento, Cury resume da seguinte forma:

[...] o momento de compromisso se dá especialmente no ‘Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova’ e na oposição às teses da Igreja Católica. Mas podemos dizer que o pensamento de A. Teixeira não se identifica e nem se uniformiza com o de Fernando de Azevedo. Anísio Teixeira sofrerá influências do pensamento de J. Dewey. Essa influência torná-lo-á defensor de uma escola democrática, única, capaz de implantar na sociedade capitalista mecanismos aperfeiçoadores do sistema democrático e seus males...Fernando de Azevedo sofrera as influências do pensamento de E. Durkheim...Azevedo acentuará mais o aspecto da ‘formação

⁵ Movimento de renovação educacional sustentado pelos Pioneiros da Educação Nova, representado por Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e outros, que se identificavam com uma filosofia educacional em condições de se desvincular das influências da velha estrutura e sustentar a intensificação do processo de industrialização.

das elites' e para isso a educação que aloca os indivíduos conforme seus dons, os diferencia e com isto dá coesão ao todo social⁶.

As lideranças que representavam a escola tradicional, compostas por representantes da Igreja Católica e defensores da velha ordem oligárquica, combatiam a laicidade, a obrigatoriedade do Estado de assumir a função educadora e a co-educação, princípios básicos do movimento renovador. Nessas condições, não se conformavam em perder a hegemonia a que estavam acostumados, desde o período imperial.

Para justificar suas reivindicações, a Igreja Católica, na condição de aparelho privado de hegemonia, exige das reformas educacionais a renovação espiritual. Neste contexto consegue, embora em caráter facultativo, a manutenção do ensino religioso nos currículos escolares, confirmando o que Gramsci denomina de *disputas ideológicas pela hegemonia no interior do Estado*.⁷

Os requisitos de Campos combinavam com as aspirações de Vargas. Em suas reformas, conseguiu inovar e traçar novas diretrizes para o sistema educacional brasileiro, até então inexistentes. No entanto, ao mesmo tempo que defendia uma política liberal para a educação, precavia-se das possíveis lutas de classes, que poderiam ocorrer em decorrência das mudanças causadas pela industrialização. Nessas condições passou-se a combater o liberalismo, por considerá-lo muito democrático⁸.

Nas observações de Cunha,

Campos preconizou a ditadura das massas. Investiu contra o liberalismo e a participação política. 'O clima das massas', escreveu: é o das grandes tensões políticas e as grandes tensões políticas não se deixam resolver em termos intelectuais, nem em polêmica de idéias⁹.

Suas reformas foram elaboradas estrategicamente para dar sustentação às estruturas do Estado Novo. Por um lado, investiu na formação de uma consciência nacional, a respeito da necessidade do aprimoramento da mão-de-obra, para atender ao setor industrial, cuja especialização seria possível somente através de uma reformulação educacional. Por outro lado, atendeu às reivindicações dos representantes conservadores da Igreja Católica.

⁶ CURY, Carlos R. Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira*. 1988 p. 20-21.

⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 1989 p. 80.

⁸ Sobre as reformas de Francisco Campos, em diferentes abordagens, ver CUNHA, 1981, p. 99-102 e XAVIER, 1990, p. 84-106.

⁹ CUNHA, Célio. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. 1981, p. 100.

Durante sua gestão, Campos conseguiu minar o poder de decisões políticas da velha oligarquia, preparando uma estrutura em condições de executar um projeto educacional que atendesse às novas demandas do capitalismo emergente, o qual passou a exigir a formação de maior número de pessoas. Nesse contexto, o Estado se filia ideologicamente ao liberalismo democrático, embora esta filiação não chegasse a ocultar, dentro do próprio aparelho de Estado, sua tendência autoritária¹⁰.

No final de sua gestão, o Brasil já possuía uma estrutura política e educacional montada com todo aparato jurídico para dar suporte à estrutura sócio econômica que se pretendia para o País. A partir daí deu-se continuidade às reformas educacionais, para atender ao novo modelo brasileiro, as quais foram complementadas na década de 40 por Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde que, através do apoio às Leis Orgânicas do Ensino, se encarregou de sua reformulação.

Conforme Saviani,

[...] Assim, um processo de desenvolvimento que efetivamente considere o homem como preocupação central, terá a educação como fator fundamental...Tem-se consciência dos condicionamentos da educação em relação à realidade global; de modo especial, sabe-se quanto a educação depende da estrutura política¹¹.

Com a expectativa de institucionalizar os efeitos moralizantes e higiênicos sobre a população, aspirados pelos defensores da Escola Nova, foi dada grande relevância ao projeto educacional que passou a difundir a educação através do rádio, onde sua eficácia ultrapassou os limites das escolas para atingir toda a população, tornando-se uma estratégia viável e fundamental para consolidar as reformas educacionais pretendidas pelo Estado.

Em sua pesquisa *sobre o ensino através do rádio*, Dângelo, constata que:

A implantação de um sistema de radiodifusão nacional, para que a mensagem moralizante penetrasse a casa de cada rádio-ouvinte, assumia experimentações sociais e psíquicas que pudessem levar o ouvinte a incorporar o espírito coletivo, a disciplina e o civismo. Com isso a produção radiofônica procurava contemplar os métodos educativos da Escola Nova, a fim de transferir para o educando a interiorização do auto-controle, como forma voluntária de adaptação às regras de

¹⁰ A respeito das posições ideológicas do Estado, ver CURY, C.R. Jamil. 1988, op. cit. pp. 24-25.

¹¹ SAVIANI, Dêrmerval. *Educação Brasileira - Estrutura e Sistema*. 1983, p. 1.

sociabilidade pretendidas para a ‘nova’ realidade criada pela industrialização e pelo progresso”¹².

Entre 1942 e 1946, foram reformulados o ensino industrial, secundário, comercial, primário, normal e agrícola. Quanto ao ensino superior, não houve reformas durante esse período; mas, foram criados o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgãos do Ministério da Educação que serviram de apoio suplementar às reformas.

Nesse contexto, a educação foi organizada por um lado, sob a concepção de métodos positivistas que visavam mais uma formação erudita e patriótica, com objetivos de preparar os futuros intelectuais para a gestão e condução da política nacional, do que uma visão crítica da nossa realidade. No sentido gramsciano, os formados nessas condições foram os agentes da superestrutura, responsáveis pela articulação entre a superestrutura e a infra-estrutura, que garantiram a manutenção da ideologia de dominação e hegemonia de suas classes. Esse pensamento foi rigorosamente seguido pelas reformas do ministro Capanema.

Por outro lado, através da formação técnica, de extrema importância para um país em processo de industrialização que estivera à margem dos interesses brasileiros desde o período republicano até meados da década de 1930, quando o país intensificou o processo de industrialização pela via da substituição de importações. A indústria passou a requerer a formação profissional dos operários, forçando os setores governamentais a incentivarem a valorização desse nível de ensino.

Somando-se a esses fatores, incluem-se as consequências da Segunda Guerra as quais passaram a exigir, em caráter de emergência, a redefinição de uma política de aperfeiçoamento técnico, uma vez que nesse período os países europeus dificultaram a importação de produtos industrializados e de mão-de-obra técnica qualificada. Nessas condições, investiu-se na política de valorização do ensino técnico profissional que até então estivera marginalizado ¹³.

O ensino profissional era destinado a cegos, surdos-mudos e ‘menores abandonados do sexo masculino’, conforme o art. 28 do Decreto 1.782-A, de 1 de

¹² DÂNGELO, Newton. *Escolas sem professores: O rádio Educativo nas décadas de 1920/1940* 40. 1994, p. 38-39

¹³ ROMANELLI, O. de Oliveira. 1983, Op. cit. p.155.

janeiro de 1925, e às ‘classes menos favorecidas’ de acordo com a constituição de 1937 (art. 129). Era um ensino de segunda classe, de nível inferior, e seus alunos não podiam equiparar-se aos do curso secundário¹⁴.

O processo de reformulação que ocorreu durante o Estado Novo foi pré-requisito para a elaboração do decreto que deu origem à Lei nº 4024, encaminhada para a Câmara Federal em 1948 a qual, depois de um longo período de debates, acabou aprovada e sancionada somente em 1961, caracterizando-se como a “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, onde a educação brasileira revelou as lutas ideológicas entre grupos que disputaram o poder no País.

Lima expõe muito bem as controvérsias dessas disputas ideológicas:

[...] a elaboração da LDB expressa (ou revela) o embate ideológico de três correntes, que demonstram o conflito pela tomada do poder entre as classes que representam a oligarquia rural, a burguesia empresarial e as massas urbanas e rurais. Esta situação corresponde ao estágio de evolução do capitalismo brasileiro, que atingiu, nesta ocasião, no momento em que, entrando na fase da industrialização, reformulou, neste nível, as relações de subsistema periférico em face do espaço econômico do centro do sistema¹⁵

Em sua aprovação, embora os autores da Lei tenham desprezado o conceito de educação, como um fator de desenvolvimento e formação da população, serviu ao menos para a organização de um sistema de ensino, até então inexistente no País. Por outro lado, o Estado cumpriu sua função histórica de assegurar os interesses de uma classe dominante, passando a privilegiar culturalmente apenas uma camada da população, o que veio confirmar seu caráter antidemocrático.

De acordo com Cury,

O Estado como estrutura de poder, que representa em instância jurídica e ideológica os interesses da classe dominante como sendo o interesse de toda nação, é um Estado de compromisso entre as várias frações de classe. Mediador de seus interesses, representa o compromisso e procurará o ‘equilíbrio’ entre as propostas em conflito¹⁶.

¹⁴ PILLETTI, Nelson. *Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo*. 1987, p. 68.

¹⁵ LIMA, Danilo. *Educação Igreja e Ideologia: Uma análise sociológica da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases*. 1978, p. 41-42.

¹⁶ CURY, Carlos R. Jamil. op. Cit. , 1988, p. 25.

A estrutura do ensino prevaleceu com algumas modificações. Porém, se a Lei 4024 representou um passo adiante, no sentido de unificação do sistema escolar e de sua descentralização, não conseguiu resolver os problemas advindos da crise que se acirrou alguns anos após sua aprovação.

A defesa dos interesses de classe de ambos os grupos, apesar das divergências, significou a tentativa do Estado de manter coesa a classe dominante. Por outro lado, privilegiou as aspirações da ideologia liberal, baseada nos ideais de estabilidade e paz social. Por outro lado, atendeu às principais reivindicações da Igreja Católica, sobretudo a inclusão do ensino religioso nos programas escolares.

Cury nos fornece uma visão geral sobre os resultados desses acordos:

Utilizando-nos da noção gramsciana de ‘bloco Histórico’, podemos dizer que a manutenção do mesmo necessitou destes dois grupos de ‘intelectuais orgânicos’ que estabelecessem o ‘vínculo’ entre a estrutura e a superestrutura. A manutenção da sociedade de classe, na especificidade da época necessitava de ‘vínculos’ imediatamente diferentes. Os católicos como ‘intelectuais’ dos grupos oligarcas e setores autoritários que já despontavam, e os ‘Pioneiros’ como ‘orgânicos’ dos setores progressistas da classe dominante, mas para dar guarida educacional à liberação das forças capitalistas necessitavam abrir espaço (ainda que formal) para as classes populares¹⁷.

A contradição gerada pelo sistema de ensino recém implantado pela Lei nº 4024 fez com que aumentasse a insatisfação popular, isto porque em sua essência nada mudou. Alguns avanços que poderiam se concretizar permaneceram a título de legislação. As escolas não dispunham de recursos materiais e humanos para realizá-los e a sua prática acabou permanecendo desconectada da realidade social brasileira e de seu desenvolvimento econômico, servindo de motivo para que o próprio Estado, responsável pelo modelo que foi efetivado, viesse a intervir novamente em suas reformulações, adaptando-o à política de desenvolvimento e segurança nacional, a partir do golpe militar de 1964.

Durante o período compreendido entre 1930 e 1964, houve um equilíbrio entre a política de Getúlio Vargas, voltada para o nacionalismo e a expansão da industrialização. O Estado desempenhou importante papel de conciliação entre as tendências, isto porque ofereceu as condições necessárias à expansão da indústria, colocando o empresariado em condições de suportar a ideologia de sua política nacionalista conseguindo uma “harmonia”,

temporária. Essa troca de apoios permaneceu até a penetração do capital internacional na economia brasileira, no governo de Juscelino Kubitschek, confirmando a tese de Ianni, onde:

Os fenômenos populistas classificam-se da seguinte forma: movimento de massas, partido político classista, sindicalismo tutelado pelo poder público, liderança carismática, linguagem demagógica, nacionalismo econômico, desenvolvimentismo, reformismo, governo populista, ditadura populista e Estado populista. Naturalmente esses fenômenos apresentam distintas combinações e graus de desenvolvimento, conforme as constelações de forças políticas em cada país e época¹⁸.

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto apontam, como entrave ao desenvolvimento na América Latina, o fato de seu processo de industrialização exigir uma urgente necessidade de acumulação que, por sua vez, acaba gerando uma grande desigualdade social. Conseqüentemente, os setores incorporados e marginalizados, dentro desse processo, reivindicam suas participações na economia e na política.

Nesse sentido as pressões de ambos os setores passam a interferir nos investimentos solicitados pelo capitalismo, o que vai dificultar uma estrutura baseada na política de bem estar social e ao mesmo tempo acelerar a expansão industrial. Foi preciso definir-se uma nova política para os rumos do desenvolvimento brasileiro, uma vez que Vargas manteve sua política populista. A partir daí a internacionalização da economia brasileira deixou de suportar a política de massas com apelos ao nacionalismo¹⁹.

Nas afirmações de Cardoso, ideologias e alianças políticas em países dependentes ocorrem de acordo com o seguinte critério.

O primeiro momento se caracteriza pelo fortalecimento do mercado interno, pela interferência de capitais dos setores econômicos preexistentes (mercantis e agrários) para o setor industrial...O segundo momento, que chamamos de fase da 'industrialização restritiva' chamada pelos economistas de 'industrialização substitutiva', caracteriza-se pela importância crescente dos setores de produção de bens intermediários e bens de capital, pela adoção de tecnologia moderna que economiza mão-de-obra,... e, por fim, se assenta num processo de exclusão e marginalização social de novo tipo²⁰.

¹⁷ Ibidem, p. 190.

¹⁸ IANNI, Otávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. 1989, p. 105.

¹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. e FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. 1981, p. 115-138.

²⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*. 1978, p.

Com essa *nova ordem* social e política, o Estado brasileiro vai perdendo a credibilidade e se enfraquecendo junto à sociedade civil que se organizaram na busca de caminhos alternativos para fazer prevalecer seus interesses. Nesse momento histórico, ocorre o golpe militar, onde o Estado utiliza-se das forças armadas e impõe uma política de desenvolvimento e segurança nacional e a burguesia nacional se incorpora, embora em uma posição subordinada, à burguesia internacional.

A manutenção desse novo modelo solicita uma reestruturação no setor educacional que novamente se submete a mudanças para atender as emergências de novas demandas econômicas de um momento histórico. Para isso, o Estado redefine suas funções, estabelecendo sua hegemonia através da coerção para poder implantar, em nome da "modernização" do País, as Leis 5.540 de 28 de novembro de 1968 e a 5.692 de 11 de agosto de 1971 as quais, sucessivamente, reformularam o ensino superior e o secundário, cujas mudanças tiveram impactos significativos sobre a sociedade brasileira.

A Reforma do ensino superior

Até o momento da reformulação, as *escolas superiores* (assim eram chamadas) nasceram e se desenvolveram sob um clima de autonomia em relação à liberdade intelectual, subordinadas aos interesses de uma elite acadêmica, impregnada de valores culturais e concepções de mundo próprios. A essa classe de intelectuais cabia o despotismo catedrático e o direcionamento dos rumos da Universidade.

Essa situação foi revista objetivando a racionalização e uso de critérios sobre a gestão educacional que a situação do momento histórico passou a exigir. Por outro lado, as aspirações educacionais advindas da sociedade não poderiam mais ser atendidas sob o antigo padrão brasileiro de ensino superior, pois a demanda industrial, além de exigir uma formação de nível técnico específica, requeria uma grande quantidade de mão-de-obra para atender à expansão acelerada da industrialização no contexto da internacionalização.

De acordo com Fernandes,

[...] a superação da 'escola superior tradicional' e da 'universidade conglomerada' não poderá realizar-se como processo educacional de crescimento gradual. A universidade-problema terá de ser destruída, para que, de seus escombros, surja uma realidade nova... Ela tem de exprimir novas concepções educacionais, uma nova mentalidade intelectual e uma nova compreensão das relações da universidade com a sociedade brasileira²¹.

A reforma do ensino superior tornou-se inevitável. As pressões partiram de várias alas de tendências modernizadoras, internas e externas, que reivindicavam um padrão de educação compatível com o desenvolvimento econômico do país, o que resultou no desmantelamento da velha estrutura.

Assim, teve papel importante nessas reformas a atuação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), órgão criado em 1961 por um grupo de empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro, que se empenhou em lutar por mudanças na estrutura educacional brasileira, mostrando à sociedade, a urgência de uma educação compatível com a nova realidade econômica brasileira.

Conforme Saviani,

Tal instituto funcionou até 1971 como verdadeiro partido ideológico do empresariado...E a educação também não deixou de entrar na esfera de preocupações do IPES. Assim é que, já em 1964...se dedicou à reforma da educação²².

Nesse sentido, ficou evidente o direcionamento das políticas públicas para educação brasileira sendo direcionada pelos empresários. Vários acordos para a reformulação educacional foram assinados a partir de 1964, visando uma reforma influenciada ideologicamente por interesses empresariais, com apoio da estrutura de poder das Forças Armadas.

Assim em 28 de novembro de 1968, em desagrado a uma grande parcela da comunidade acadêmica, foi aprovada a Lei nº 5.540, consolidando a Reforma Universitária, com finalidades de ajustá-la ao novo modelo econômico. Apesar do Estado já possuir todo seu aparato repressor para executá-la, apoiou-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação

²¹ FERNANDES, Florestan. *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?* 1979, p. 67.

Brasileira de 1961 que já havia delimitado os princípios de *organização e administração* para a estrutura universitária, cujos princípios ficaram oficialmente regulamentados.

Outro objetivo relevante dessa reforma era a *formação*, de grandes quantidades de professores para atuarem no ensino básico e médio suprindo, em um curto período de tempo, a carência desses professores. Nestas perspectivas foram planejadas a expansão educacional, através de incentivos de abertura de cursos de terceiro grau pela iniciativa privada, objetivando atender a emergente crise universitária brasileira. Esta política acabou resultando no aumento excessivo de faculdades particulares que abusaram da implementação de cursos de curta duração para oferecer uma formação precária que não atendia às exigências da industrialização que acabava recorrendo aos formandos pelo ensino superior público de formação plena.

Nas interpretações de Cunha,

A complacência do Conselho Federal de Educação propiciou a multiplicação das faculdades particulares, sem que delas fossem exigidas condições adequadas em termos de instalações, bibliotecas, laboratórios e, principalmente, de professores. Essa complacência ocorria paralela à consolidação do regime autoritário que culminou com a não renovação do mandato de certos conselheiros, a cassação do mandato de outros e a adesão cúmplice de outros mais²³.

A formação precária desses profissionais deslocava-os para setores comerciais e industriais, para atender às exigências da mão-de-obra semi-qualificada. Por outro lado, obstacularizava o aproveitamento dos formandos em escolas técnicas, recém implantadas pela reforma do 1º e 2º graus que, nas precárias condições em que foram implantadas, seus formandos não competiam, num mesmo patamar com os formandos em cursos superiores. Essa situação foi aproveitada pelo setor econômico, à medida em que auxiliou a exploração da mais-valia desse exército de reservas que se formou.

Essa precária formação, advinda de uma reformulação educacional emergente e imediatista dos cursos universitários, requerida pela *modernização*, contribuiu definitivamente para o rebaixamento dos níveis de ensino básico de 1º e 2º graus e ainda,

²² SAVIANI, Dermalval. *Política e Educação no Brasil*. 1988, p. 86-87.

²³ CUNHA. Luiz Antonio. *A universidade Reformada: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 1988, p. 322.

formou-se um ciclo que deu origem às perdas de autonomia e da qualificação desses profissionais, que se tornaram uma espécie de lupemproletariado de bacharéis.

Reforma do Ensino de 1º e 2º graus

A Lei 5.692/71 completa as reformas educacionais pretendidas pelo regime militar, com a finalidade de ajustar a educação brasileira ao modelo tecnicista e autoritário, condizente com uma política sócio-econômica que viera justificar a ideologia do desenvolvimento e segurança nacional, implementada durante a euforia do "milagre brasileiro".

Conforme Saviani,

Assim é que a lei 5.692 foi saudada como uma verdadeira panacéia, com a redenção definitiva da educação brasileira. E para essa cruzada foram ruidosamente convocados todos os brasileiros... para participar da construção do 'projeto nacional' de redenção, de desenvolvimento, de 'Pátria grande', o então chamado projeto de construção do 'Brasil Potência'²⁴.

Para atingir os objetivos da reforma, o Estado, através de seus aparelhos repressores desmantela todas as organizações que pudessem ameaçar as reformas. Depois age sobre o Congresso, para que este não criasse obstáculos sobre as tramitações, determinando que a aceitasse *harmoniosamente*, sem interpelações. Posteriormente, divulga na sociedade civil, a ideologia do progresso e elevação do status através da educação.

Saviani resume essas decisões da seguinte forma:

Em suma, governando à moda do duce, Médici dirigiu o país utilizando-se de projetos de impacto que eram decididos autoritariamente e arbitrariamente em virtude da ampla flexibilidade de que desfrutava a sua administração, projetos esses que eram ufanisticamente anunciados através de rede de televisão e rádio a toda a nação, antes mesmo de ser apreciado, conforme a Constituição, pelo Congresso Nacional²⁵.

A promulgação das Leis que reformularam a estrutura universitária e do 1º e 2º graus, se apoiaram no convênio firmado entre o Ministério da Educação e Cultura – MEC e

²⁴ SAVIANI, Dermerval. *Política e Educação no Brasil*. 1988, p. 115.

²⁵ *Ibidem*, p. 136.

a Agency for International Development – AID, conhecido como acordo MEC-USAID, com finalidades de dar assistência técnica e cooperação financeira à organização do sistema educacional brasileiro.

Nessas reformulações havia intenções de integração entre as escolas primárias e médias e, conseqüentemente uma reformulação que estendesse a escolaridade e eliminasse a compartimentação da escola elementar e da escola média, pressupondo que o primeiro ciclo da escola média (ginásio) ficasse integrado à escola primária para conter a demanda pelo ensino superior oficial, de forma que as reivindicações fossem contidas através da implantação do ensino médio e do ensino técnico profissional, cujo objetivo era uma formação mais rápida do aluno e seu encaminhamento ao mercado de trabalho, para que este deixasse de aspirar o ingresso no curso universitário.

De acordo com Romaneli,

Uma vez adquirida uma profissão, antes de ingressar na Universidade, o candidato potencial a ela ingressaria na força de trabalho e se despreocuparia de continuar lutando pela aquisição de uma profissão, que, na maioria dos casos, só era obtida através do curso superior²⁶.

Essa política *favoreceu* o Estado que objetivava a racionalização dos investimentos da educação, uma parcela da sociedade que reivindicava escolaridade em condições de ingresso mais rápido no mercado de trabalho e o setor empresarial que absorveu mãos-de-obra de nível médio para atender às necessidades das indústrias, sem perspectivas de reivindicações salariais, uma vez que o conceito de educação para uma formação humana foi substituída por uma formação para o mundo do trabalho, objetivando a reprodução e a racionalização.

Nessas perspectivas, as Leis 5.540/68 e a 5692/71 se complementam e conseguem atingir os objetivos das reformulações, garantindo uma grande oferta de mão-de-obra, semi qualificada, para atender às demandas da industrialização. Por outro lado, efetivaram a racionalização, através da redução do número de vagas para o ensino superior oficial, ao mesmo tempo que incentivou-se a montagem de faculdades particulares para atender parte dos alunos que aspiravam o ensino superior. Com essa

estratégia de racionalização o Estado garantiu sua política de desenvolvimento e segurança nacional, revelando a preocupação com os setores produtivos da economia e, ainda, utilizou-se da escola como agente da contestação e efetivação desses interesses.

A partir daqui corrigir ortografia

Apesar das contradições que ocorreram entre o Estado e a sociedade civil sobre as políticas públicas de reformulações educacionais que sempre estiveram a favor dos interesses de uma elite no poder, o Estado se manteve com fortes poderes de decisões para determinar e interferir na formação da sociedade cujas mudanças acabaram sendo frutos de relações dialéticas de interesses nacionais que se efetivaram. Essa fase se encerra a partir dos anos 90, quando se consolidaram as políticas educacionais pretendidas pelo neoliberalismo

O poder do Estado vai se enfraquecendo e sendo determinado por interesses de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial - BM e outros organismos, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO e o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF que, reunidos na Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtiem, Tailândia, 1990 defendem a tese sobre as necessidades da modernização da educação. A partir daí passaram a financiar a educação brasileira e a interferirem nas políticas públicas de reformulações.

Embora não pretendemos analisar os conteúdos e as formas de aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, convém esclarecer que o processo de abertura política do final dos anos 80 permitiu debates e inúmeras reuniões com profissionais envolvidos com uma concepção democrática de educação e ensino. No entanto, o texto original foi substituído com ampla aprovação dos tecnocratas do Ministério da Educação, confirmando a tese de que ao longo da década de 90, as políticas neoliberais procuraram enxugar a Constituição de seus itens garantidores dos direitos sociais e, contraditoriamente ao seu conceito universal, a educação passou a ser pensada sob um ponto de vista econômico.

²⁶ Sobre o conteúdo dos acordos MEC-USAID e Meira Matos, ver ROMANELI, Otaíza de ° Op. Cit., 1983, p. 209-228.

A atual LDB se consolida com possibilidades para a inserção da educação nacional na estrutura globalizada permitindo as mais complexas e variadas reformas de caráter neoliberal que vem sendo implementadas pela via da desestatização, com financiamentos externos ou através do sistema de parcerias com as iniciativas privadas e organizações não governamentais, ligadas a órgãos da federação das indústrias e comércio, na perspectiva de formação para atender às demandas de recursos humanos para o mercado globalizado.

Neste sentido a educação escolar entendida como uma atividade de formação humana para a vida com possibilidades de efetivar a capacidade de conquistas da cidadania e de uma visão crítica do mundo, vem perdendo seu sentido original, na medida em que está sendo insistentemente direcionada por essa nova etapa do desenvolvimento econômico capitalista, onde os organismos internacionais estão trabalhando para elaboração de um planejamento a nível global, com perspectivas par reprodução de idéias e recursos humanos para o mercado internacional.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, F. H. *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*, 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

CARDOSO, F. H.; FALETO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. 6ª ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1989.

CURY, Carlos R. Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira – Católicos e Liberais.*, São Paulo, Cortez Editora, 1988.

CUNHA, Célio. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo, Editora Cortes, Autores Associados, 1981.

CUNHA. Luiz. Antonio. *A Universidade Reformada: O Golpe de 1964 e a Modernização do Ensino Superior*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S/A, , 1988.

DÂNGELO, Newton. *Escolas sem Professores: O rádio educativo nas décadas de 1920/40*, São Paulo, PUC, 1994. (Dissertação de Mestrado)

FERNANDES, Florestan. *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?* 2ª ed., São Paulo. Editora Alfa- Omega, , 1979.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade* . São Paulo. 6ª ed. , Editora Moraes, , 1986.

GRECO, João Francisco Natal.. *Dilemas e Perspectiva do Ensino de História nas Escolas Públicas Estaduais de Uberlândia, 1986-1994*. UFU, 1996. Dissertação de Mestrado.

IANNI, Otávio. *A Formação do Estado Populista na América Latina*. 2ª ed. São Paulo. Editora Ática, , 1989.

LIMA. Danilo. *Educação, Igreja e Ideologia: Uma análise sociológica da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases*. Rio de Janeiro Livraria Francisco Alves, S/A., 1978.

PILLETTI, Nelson. *Revista da Faculdade de Educação da USP*. Vol. 13, nº 2, jul/dez de 1987, p. 68.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda, 4ª edição, 1983.

SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, Progresso e Sociedade Civilizada*. São Paulo, Editora Hucitec, 1986.

SAVIANI, Dermerval. *Educação Brasileira - Estrutura e Sistema*. , 5ª edição, São Paulo, Editora Saraiva, 1983.

XAVIER, Maria Elizabete S.P. *Capitalismo e Escola no Brasil*. Campinas, Papyrus Editora, 1990.